

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte

Folha de São Paulo

Class.:

AM-Desmatamento

Data

31.12.78

Pg.:

14

Amazônia ameaçada por um deserto de idéias

RUBENS B. MATTOS

Estão querendo entregar a Amazônia à devastação. A acusação, levantada por diversas vezes nas últimas décadas, surge novamente, com o anúncio pelo presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) de que está sendo estudada a formalização de "contratos de risco" para a exploração dos recursos madeireiros da floresta amazônica, que poderiam render ao país quase 20 bilhões de dólares, o correspondente à metade da atual dívida externa nacional.

Neste, como em muitos outros assuntos, o mais cômodo é adotar-se uma posição extremada, decididamente pró ou enfaticamente contra, radicalizando as discussões, pois argumentos em abundância há, para qualquer lado que se queira pender.

A favor da exploração econômica da madeira da floresta amazônica, vem em primeiro lugar o aspecto da rentabilidade, o volume de recursos que se poderia obter com essa riqueza que lá está "parada". Um país pobre, endividado, precisando de recursos financeiros para tentar desenvolver programas básicos, teria na exploração da madeira — uma riqueza renovável — segura fonte de dinheiro.

Além disso, dizem os autores dos estudos, trata-se de iniciar uma "exploração racional" dos recursos florestais, e não uma extração predatória. Desmentem a possibilidade de "desnacionalização" da Amazônia, mesmo que os trabalhos venham a ser desenvolvidos quase que exclusivamente por empresas estrangeiras, lembrando que não serão vendidas as terras, mas sim apenas cedidos os direitos de exploração da cobertura vegetal das mesmas.

Contra o projeto levanta-se de imediato, a suspeita de que permitirá pura e simplesmente a devastação da floresta amazônica, que acabaria tendo o mesmo destino da extinta floresta tropical que cobria o planalto sudeste do país. Autorizar a atividade de empresas que tenham como objetivo único e declarado a exploração comercial dos recursos florestais será dar carta branca à derrubada indiscriminada, não importa o que digam os contratos firmados. Lembrem os adversários da idéia que a Amazônia já vem sendo paulatinamente devastada com a implantação de "projetos agropecuários", que resultam no desmatamento para o plantio de pastos, o que, com o decorrer do tempo acabará por provocar alterações ecológicas na região. Quanto à "desnacionalização", por força da presença estrangeira, sempre existe o argumento de

que, mesmo sem uma atividade econômica muito firme, a presença estrangeira se faz sentir bastante através de "missionários" que desempenham hoje exatamente o mesmo papel e função levado a cabo pelos catequistas portugueses após a descoberta do Brasil; e nesse sentido cabe ainda a lembrança de que "catequistas" e "bandeirantes" empurraram as fronteiras brasileiras fixadas pelo Tratado de Tordesilhas para muito além do centro da América do Sul e, mais recentemente, a presença de brasileiros no Noroeste do País resultou na incorporação do atual Estado do Acre ao território nacional, feito comemorado nas novas notas de mil cruzeiros.

Quem quiser ficar com uma posição intermediária, admitindo a possibilidade de uma exploração econômica racional dos recursos florestais da Amazônia, porém sob controles rigorosos, vai ficar falando sozinho, pois, na verdade, não existem as mínimas condições para que, no momento, possa haver tal atividade. É bem certo que seria interessante fazer-se uma exploração racional de quaisquer recursos naturais existentes; mas, no caso da Amazônia, isso torna-se impossível, apenas uma parte constitui-se de madeira economicamente aproveitável, enquanto o resto não tem utilidade; mas para a exploração comercial, todas as árvores teriam que ser abatidas, pois seria impraticável o transporte de apenas algumas árvores abatidas no meio do restante da floresta em pé. Ainda que os contratos previssem a obrigatoriedade de replante das áreas desmatadas, evidentemente o reflorestamento seria feito com espécies "economicamente interessantes".

O resultado, então, é que a exploração madeireira só pode mesmo interessar à base de "botar abaixo" o que existe, para aproveitar o que for possível, não importa as conseqüências em termos de ecologia ou o que quer que seja. Caso contrário, seria muito mais interessante, economicamente, plantar logo uma "floresta" no planalto central, com árvores selecionadas, em arruamentos que facilitassem o abate "científico" e o transporte às serrarias. Para este caso, os interessados teriam apenas como ônus complementar a aquisição das terras a serem plantadas, mas, dado o aparente interesse do governo em fomentar a exploração da "cobertura vegetal", as autoridades poderiam perfeitamente assinar "contratos de risco" com essa finalidade, "emprestando" terras da União para serem reflorestadas e exploradas.